

PELAS NOTAS, ANÚNCIOS E EDITORIAIS: O APARECIMENTO DOS TRABALHADORES NA IMPRENSA DE MANAUS NA *BELLE ÉPOQUE*

“FOR THE NOTES, ANNOUNCEMENTS AND EDITORIALS: THE APPEARANCE OF WORKERS IN THE PRESS OF MANAUS IN THE *BELLE ÉPOQUE*”



GABRIEL CRUZ CARNEIRO⁴⁷⁰

Resumo

Partindo de discussões surgidas nas últimas décadas do século XX e início do século XXI no campo da História Social do Trabalho, relacionando-se com a importância dos veículos de imprensa enquanto fonte e objeto dos estudos históricos, a proposta deste artigo se dá na importância da reflexão do papel dos trabalhadores nas páginas da imprensa manauara no contexto que transita entre as últimas décadas do século XIX e as duas primeiras do século XX, destacando relações de poder e trabalho que foram da escravidão até o surgimento dos jornais operários como forma de entender o aparecimento e a atuação desses agentes no periodismo local.

Palavras-chave: Imprensa; Manaus; Trabalhadores; História Social.

Abstract

Starting from discussions that emerged in the last decades of the 20th century and the beginning of the 21st century in the field of Social History of Work, relating to the importance of the press as source and object of historical studies, the purpose of this article is based on the importance of reflection on the role of workers in the pages of the Manaus press in the context that transits between the last decades of the 19th century and first two decades of the 20th century, highlighting the relationship of power and work that went from slavery to the emergence of workers' newspapers as a way of understanding the appearance and performance of these agents in local journalism.

Keywords: Press; Manaus; Workers; Social History.

⁴⁷⁰ Graduado em História pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Bolsista CAPES de Mestrado pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA. E-mail: gabriel.cruzcarneiro@gmail.com.



Introdução

História e Imprensa: algumas considerações

Os jornais, em circulação de forma sistemática no Brasil desde a instauração da Imprensa Régia, com a chegada da Família Real ao país, em 1808, cresceram junto da nação brasileiro, assistindo e atuando em suas transformações, podendo até um explicar o outro (MARTINS, LUCA, 2012). Apesar dessa relação intrínseca, os periódicos, apenas a partir da segunda metade do século XX, tornaram-se ferramentas abordadas pela pesquisa histórica, quando tornou-se claro aos historiadores a necessidade de uma ampliação do que se compreendiam como fontes e objetos, para além de apenas documentos oficiais, dentro de um processo que também versou com o alargamento dos campos de debate da Historiografia, em que as perguntas e os problemas que surgiram a serem discutidos por essa História que se pretendia pluralista, direcionavam aos historiadores uma necessidade de usos de diversos novos objetos e fontes.

Dentre esses novos elementos estão os periódicos, proporcionando a possibilidade aos pesquisadores de preencherem lacunas que a chamada “História Oficial” não dava conta, ensejando inclusive o surgimento de novos campos da pesquisa, como a “História vista de baixo” e a “Micro História”, campos que foram ganhando espaço, nesse sentido, diversos objetos – sendo os jornais o foco deste debate – foram agregados ao ofício do historiador na busca de se construir uma História que abarcasse diversos agentes, objetos, dilemas e contextos.

Em seu clássico *Na Oficina do Historiador*, Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto (2007), iluminam esse debate, destacando os usos da imprensa, quando argumentam que:

Nestas últimas décadas, perdemos definitivamente a inocência e incorporamos a perspectiva de que todo documento, e não só a imprensa, é também monumento, remetendo ao campo da subjetividade e da intencionalidade com o qual devemos lidar. (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 254).

Esse cenário onde aparecem a subjetividade e as intenções dos documentos coloca em reflexão o lugar do historiador enquanto sujeito histórico, como destaca o debate de Michel de Certeau (1982) acerca das operações historiográficas, onde o historiador francês compreende essa operação do fazer histórico a partir de uma combinação de fatores, que seriam um lugar social, práticas “científicas” e de uma escrita (CERTEAU, 1982), e esse lugar social seria o espaço por onde toda a pesquisa historiográfica se articula “com um lugar de produção socioeconômica, política e cultural” (CERTEAU,



1982, p. 57), levando a perspectiva de que toda interpretação histórica depende de um sistema de referências.

Esse processo de “perda da inocência” dos historiadores proporcionou uma pluralização do uso de diversos objetos na pesquisa histórica, e a imprensa enquanto ferramenta nesse movimento tem cada vez mais seu uso difundido, quando seus idealizadores, suas notícias, colunas, anúncios, todas as partes dos jornais podem servir como objeto da pesquisa historiográfica, onde o historiador, como aponta Maria Helena Capelato, “[...] mantém o compromisso de buscar a verdade. Mas há muitas verdades” (CAPELATO, 1988, p. 22). Essas “verdades” tornam o fazer historiográfico menos preso a uma ideia de veracidade única e absoluta, onde a objetividade é buscada, mas não idealizada – indicando uma superação dessa História Objetiva enraizada na escola positivista, como aponta Certeau (1982) –, e essa perspectiva recai sobre os jornais quando “na construção do fato jornalístico interferem não apenas elementos subjetivos de quem o produz, mas também os interesses aos quais o jornal está vinculado” (CAPELATO, 1988, p. 22), cabendo ao historiador estar atento a esses aspectos que estão presentes nos periódicos.

As folhas jornalísticas, enquanto objeto de análise, são uma fonte extremamente interessante no âmbito da pesquisa, a partir da perspectiva de que servem como um canal de comunicação de um grupo social específico, ou de vários grupos, além de, também, funcionarem como construtores e propagadores de uma memória coletiva, procurando agir como porta-vozes de um determinado recorte da sociedade, e como Jacques Le Goff (1982) coloca em seus *História e Memória*, a “imprensa revolucionou, embora lentamente, a memória ocidental” (LE GOFF, 1982, p. 39).

Os periódicos são, como bem aponta Le Goff, produtos de uma sociedade, são ferramentas construtoras de uma memória – a partir dos grupos que detém a sua publicidade – que se pretende geral e coletiva, sendo então o que o historiador dos *Annales* afirma como “fenômenos da memória [...], mas não são resultado dos sistemas dinâmicos de organização, e apenas existem enquanto a organização os mantém ou os reconstitui” (LE GOFF, 1982, p. 40).

Os jornais, por essência de sua elaboração, não são detentores e porta-vozes de uma realidade translúcida e universal, mas a noção de documento não como um retrato fidedigno de uma pretensa verdade, sendo pensado como uma representação pautada nas experiências que rodeiam o contexto da sua elaboração, vem cada vez mais sendo



refletida em qualquer objeto da pesquisa histórica, para além dos jornais, sendo então o que Capelato coloca:

Um documento – o jornal, no caso – não pode ser estudado isoladamente, mas em relação com outras fontes que ampliem sua compreensão. Além disso é preciso considerar suas significações explícitas e implícitas (não manifestas). Cabe, pois, trabalhar dentro e fora dele.

A imprensa, ao invés de espelho da realidade passou a ser concebida como espaço de representação do real, ou melhor, de momentos particulares da realidade. Sua existência é fruto de determinadas práticas sociais de uma época (CAPELATO, 1988, p. 24)

A reflexão acerca dos jornais enquanto objetos que representam realidade específicas, vai de encontro com o que José D’Assunção Barros chama de “lugar de produção” (BARROS, 2012) das fontes históricas, sendo importante ao historiador a percepção de que o documento ao qual hoje “examina como fonte para o seu estudo histórico, um dia foi monumento através do qual aqueles que o escreveram ou produziram procuraram impressionar, manipular, convencer, mover, comover outros homens de sua época” (BARROS, 2012, p. 418), cabendo a importância da compreensão do lugar de produção do documento e também um procedimento de “desconstrução” (BARROS, 2012) da monumentalidade que chega aos dias de hoje vindo da época de produção do documento.

Sendo o monumento essa herança do passado, como bem aponta Le Goff (1982), este tem como sua característica o “ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas” (LE GOFF, 1982, p. 536), funcionando como um legado à memória coletiva.

Resgatando o debate de Certeau, é importante estabelecer que “da reunião dos documentos à redação do livro, a prática histórica é inteiramente relativa a estrutura da sociedade” (CERTEAU, 1982, p. 67), sendo a história um processo que se configura a partir do sistema ao qual o historiador está inserido, representa, portanto, uma superação do positivismo em direção a uma revolução documental, que pôde ser percebida, de acordo com Le Goff, a partir do pioneirismo dos historiadores dos *Annales* na década de 1960, e essa “revolução [...] é, ao mesmo tempo, quantitativa e qualitativa. O interesse [...] já não se cristaliza exclusivamente sobre os grandes homens. Interessa-se por todos os homens” (LE GOFF, 1982, p. 541).

Dentro desse processo de desconstrução da fonte, cabe ao historiador que se debruce em pesquisar os jornais e a partir deles, questionar toda uma gama de questões para além do periódico em si, desde aspectos técnicos como a tiragem e a organização do



jornal, a busca por mapear as origens do periódico, seu nascimento, os idealizadores daquele veículo de imprensa e o lugar social onde esses agentes estão incluídos, no sentido de que todas essas questões tem influência no discurso que o periódico faz sobre a sua realidade. Rodrigo Oliveira dos Santos contribui nessa reflexão quando aponta que:

Ao selecionar o texto jornalístico como sua fonte de pesquisa, o historiador deve levar em conta que sua fonte não é um documento “puro e cristalino” que se contenha todas as verdades. É importante dialogar com essas fontes, fazer entrecruzamentos com outras informações e, as vezes, buscar as razões do seu silêncio ou omissão. Acima de tudo, o historiador procura manter o seu olhar crítico, pois considera que a objetividade da notícia de um texto jornalística é “vista como uma falácia, até para o mais ingênuo dos profissionais” (SANTOS, 2011, p. 126).

Percebe-se a partir da reflexão de Oliveira (2011) que se tem, pois, o periódico escrito como objeto de diversas possibilidades de pesquisas históricas, em que cabe ao historiador a atenção às especificidades em que o jornal se encontra, evitando imprimir na fonte uma leitura que trate os periódicos como retratos puros da realidade em que se inserem, tirando desses objetos a sua monumentalidade e atribuindo uma crítica que destaque o lugar de elaboração desses textos. O jornal, portanto, só se torna objeto da pesquisa ao historiador quando submetido ao método científico.

Um periódico, como ferramenta de diálogo dentro de múltiplas dinâmicas sociais, “[...] está diretamente vinculado a dois conceitos importantes na construção jornalística: o público e a opinião pública” (LAUPENTE, 2016, p. 19), nesse sentido, tal perspectiva nos leva a reafirmar a necessidade de se entender o contexto maior em que o jornal está inserido. Essa demanda se dá à medida que, por ser uma forma de exposição de opiniões, os jornais se direcionam a um público-alvo, e tem como objetivo fomentar as opiniões desses grupos, “[...] em um complexo jogo que visa conquistar um público cada vez maior, aumentando sua influência, penetração e poder dentro da sociedade em que ela atua e dos grupos que visa atingir” (LAPUENTE, 2016, p. 19).

Oliveira (2011) apresenta uma reflexão acerca da atividade jornalística, em que esta é tratada como nascente dentro do mundo moderno, e nesse sentido, age como representação de uma “[...] fase extrema da culta alfabética, a evolução final do processo iniciado com a transição oral para a escrita” (OLIVEIRA, 2011, p. 130). Rafael Lapuarte complementa essa discussão quando comenta que

[...] existe um caminho significativo a percorrer desde a alfabetização até a familiarização da leitura e a conquista de públicos cotidianos. Se articulando de forma mais próxima ao dia a dia da população e registrando seus hábitos de



expressão na mudança de sua linguagem, a imprensa cumpre papel fundamental para esse processo de familiarização com a leitura, e, a partir deste hábito, constrói aquilo que se pode ser chamado de formulação de um público. Ou seja, a expansão dos periódicos está associada, simultaneamente ao crescimento da cultura letrada (LAPUENTE, 2016, p. 20).

Ou seja, tanto como ferramenta de leitura, quanto difusor de ideias, os jornais servem como uma mina de conhecimento a quem sobre eles se debruçar, como coloca René Barata Zicman (1985), em seu *História através da Imprensa – algumas considerações metodológicas*, quando estabelece que “a imprensa é rica em dados e elementos, [...] permitindo um melhor conhecimento das sociedades ao nível de suas condições de vida, manifestações culturais e políticas” (ZICMAN, 1985, p. 91), sendo também o que coloca Capelato quando comenta que “a imprensa constitui um elemento de manipulação de interesses e intervenção na vida social” (CAPELATO, 1988, p. 21).

O cenário da Imprensa do Brasil: entre fins do século XIX e início do século XX

Cabe neste texto, além da reflexão acerca do papel da Imprensa enquanto fonte e objeto na análise historiográfica, e antes da aproximação com o debate acerca da presença dos trabalhadores nos periódicos da cidade de Manaus, uma breve reflexão sobre o cenário da Imprensa no recorte abordado nesse artigo, sendo as últimas décadas do século XIX e as décadas iniciais do século XX.

Os anos que corresponderam a transição política que marcou o Brasil a partir da segunda metade do século XIX, tiveram como constante um cenário de conflitos políticos e mudanças sociais efervescentes na sociedade brasileira, e os jornais, “como parte intrínseca da formação do país” (MARTINS; LUCA, ANO, p. 7) como destacam Ana Luiza Martins e Tânia Regina de Luca, atuaram e se ressignificaram durante esses processos e disputas. O cenário do fim do século XIX, com o fim da Guerra do Paraguai e as crescentes ideias reformistas, com as vozes abolicionistas e republicanas cada vez mais ressoantes, diz respeito a um momento de complexos acontecimentos políticos no país (SODRÉ, 1999), e junto disso, também se percebe o caminhar do desenvolvimento do país, “marcado [...] pelo avanço da vida urbana, o crescimento da classe média e o esboço da burguesia que começava a se fazer sentir” (SODRÉ, 1999, p. 206), elementos que permitiram uma ampliação das atividades culturais ligadas à imprensa, especialmente livro e jornal.



As agitações da sociedade brasileira, que relevaram suas profundas contradições, como destaca Nelson Werneck Sodré (1999), despertaram os interesses pelas reformas, que tomaram vários espaços e tornaram-se objetos de debates constantes e turbulentos, a Abolição⁴⁷¹ propriamente, além de questões religiosas, eleitorais, federativas, militares, e mesmo a constituição do próprio regime, com a transição à República, refletiram na Imprensa, “e esta ampliava a sua influência, ganhava nova fisionomia, progredia tecnicamente, generalizando seus efeitos – espelhava o quadro que o país apresentava” (SODRÉ, 1999, p. 223).

Essas questões refletem o que Juarez Bahia definiu como a segunda fase⁴⁷² da Imprensa brasileira (BAHIA, 2009), tendo como marco 1880 e aprofundando-se com a virada do século, onde a imprensa caminha em direção ao estágio empresarial, quando os jornais vão gradativamente deixando de lado o caráter artesanal e voltam-se a uma estrutura empresarial de produção, construindo-se então um modelo de Indústria tipográfica.

Constituíam-se então o tripé indispensável à sustentação dessa grande empresa editorial que se estruturava, “configurava-se basicamente a evolução técnica do impresso, o investimento na alfabetização, os incentivos à aquisição e/ou fabricação de papel” (MARTINS; LUCA, 2012, p. 58). Essa Imprensa que tornava sua atividade mais sólida, especialmente já nos anos da República, tem em si uma associação vital a uma tipografia mais bem aparelhada, “renovada em relação aos anos pioneiros, graças à importação de tipos e prelos” (BAHIA, 2009, p. 114).

Esse desenvolvimento do jornalismo, está de forma íntima associado ao desenvolvimento econômico do país, nesse cenário, junto de outras atividades de manifestação cultural, como destaca Bahia (2009), o periodismo se beneficia da conjuntura de mudanças estruturais que a nação passava, com o crescimento econômico “que impôs melhores níveis de renda, do trabalho assalariado e da descentralização republicana” (BAHIA, 2009, p. 114), ou seja, o contexto de desenvolvimento das relações capitalistas e da ascensão burguesa que aponta Sodré (1999).

⁴⁷¹ Juarez Bahia (2009), destaca a existência de uma Imprensa abolicionista no contexto da segunda metade do século XIX, com maior atuação nos Estados de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e particularmente São Paulo e Rio de Janeiro. Toda essa imprensa, como reforça Bahia, tem relevante importância nos movimentos abolicionistas e republicanos, funcionando como influentes propagandistas dos ideários reformistas que se efervesciam no Império.

⁴⁷² A segunda fase da Imprensa Brasileira que destaca Juarez Bahia (2009), diz respeito a um contexto que se inicia em 1880, encerrando os 72 anos que marcam a primeira fase (1808 – 1880), e o autor define esse segundo momento dos impressos como de aventura industrial, marcado por um cenário de maiores investimentos nos parques gráficos e um aumento do consumo que foi dando os jornais moldes de empresa.



Nelson Werneck Sodré (1999) destaca ainda, que para além desse cenário de avanços, que o desenvolvimento dessa burguesia seu deu de forma tortuosa, onde está estivera, mesmo que economicamente ascensional, ainda politicamente débil, constituindo, portanto, o chamado “problema do poder” que o autor aponta, e que refletia nos jornais. A imprensa, de fato se solidificava em aspectos técnicos, mas politicamente refletia as contradições da burguesia ascendente, apresentando ainda poucas diferenças de conteúdo frente ao período monárquico.

Nesse sentido, a imprensa, invariavelmente, embora apresente uma estrutura capitalista, “é forçada a acomodar-se no poder político que não tem ainda conteúdo capitalista, pois o Estado serve principalmente à estrutura pré-capitalista tradicional” (SODRÉ, 1999, p. 276), dentro de um cenário onde o país se via em complexas disputas políticas e os próprios jornais serviam como correspondências dos programas que se chocavam, tornando-se a compra de opinião um tema central da Imprensa.⁴⁷³

O fato político passa então a ser a preocupação fundamental dos jornais, não a política enquanto conceito ou ideologia, mas o fato em si, como destaca Sodré, e esse objeto de interesse aparece “em área restrita, a área ocupada pelos políticos, por aqueles que estão ligados ao problema do poder” (SODRÉ, 1999, p. 227), e nessa dimensão que se reduz às lideranças políticas, as questões pessoais e os indivíduos se tornam os protagonistas do que seria o fato jornalístico. Com esse cenário, tendo o Estado e o capital comercial controle da Imprensa, o jornalismo acaba por adotar um caráter pessoal, de campanhas e endeusamento, ou destruição de figuras políticas, a depender dos interesses que circundavam os periódicos.

Apesar da grande empresa como a tônica das atividades periódicos dos principais centros urbanos, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo (SODRÉ, 1999), subsistia ainda a imprensa artesanal, especialmente nas pequenas cidades e interiores, “nas folhas semanais feitas em tipografias, pelos velhos processos e servindo às lutas locais” (SODRÉ, 1999, p. 275). A sociedade dos grandes centros, cada vez mais ligadas a uma lógica capitalista ascendente, demandava informação, que se tornava produto da empresa-jornal que tomava esses espaços.

⁴⁷³ São os “Tempos Eufóricos” da Imprensa que Martins e Luca (2006) destacam, mais propriamente o jornalismo que marca a Primeira República, sendo decisivo nos rumos que o país tomaria. Apesar desse cenário de avanços, a “compra da opinião” da imprensa pelo governo é uma prática relativamente comum, em uma conjuntura de crescimento urbano e demanda propagandista cada vez mais urgente.



Junto dos impressos artesanais que ainda marcavam seus espaços, mesmo que de forma efêmera frente a duração dos grandes jornais, um outro fruto dos movimentos reformistas da segunda metade do século XIX começou a se organizar nos centros urbanos em fins deste século e início do seguinte. Junto do lento desenvolvimento das relações capitalistas e da ascensão de classes burguesas, como destaca Sodré (1999), necessariamente começam a se estruturar quantitativos proletários.

Entre essas classes, o jornal surge como um mobilizador dos trabalhadores no cenário da primeira República, como destaca Jorge Luiz Jardim (1996), organizações operárias, e mesmo grupos isolados, procuravam como meio de articulação a criação de periódicos⁴⁷⁴ que atuariam em nome dos trabalhadores, com propostas de construir redes de comunicação entre esses grupos sociais.

De forma geral, um traço constante da imprensa - sejam as empresas mais estruturas como as do Rio de Janeiro e São Paulo, sejam a de outros Estado que se viam ainda no processo de transição da fase artesanal para a industrial, como destaca Sodré (1999) – é o fato político, assumindo nas páginas dos jornais paixões e lutas mediadas pelos interesses dos proprietários.

Os trabalhadores e operários na imprensa de Manaus

Tendo sido estabelecido o papel da imprensa enquanto objeto e análise dentro da construção historiográfica, além de um breve panorama do cenário mais amplo da Imprensa Brasileira, os olhares se voltam nessa pesquisa para a aparição nos periódicos dos trabalhadores da cidade de Manaus, no cenário da expansão econômica propiciada em muito pela extração da borracha no Estado do Amazonas durante as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX. Propondo uma aproximação com diversos contextos de aparições de trabalhadores nas páginas desses impressos, procurando perceber como esses elementos sociais foram ressignificados e se ressignificaram nesses espaços, procura-se neste texto contribuir à historiografia amazonense na observação das

⁴⁷⁴ Um efeito das “agitações reformistas” do século XIX que destaca Nelson Werneck Sodré (1999) é o surgimento de importantes organizações estudantis, a exemplo da Federação dos Estudantes que nasce em 1901. Outro efeito da adoção do caráter empresarial dos jornais e da estrutura de indústria, é o surgimento de agremiações de jornalistas, não os grandes letrados que ganham destaques, mas os tipógrafos, editores, os funcionários das funções técnicas dos jornais, que começam a ser organizar. Também surgiram jornais de viés político, especialmente de postura anarquista, ainda no século XIX, como *O Despertar*, de José Sarmiento, ou *O Amigo do Povo*, que aparece em 1902 com direção de Nemo Vasco – ambos os títulos surgiram no Rio de Janeiro.



múltiplas formas que os trabalhadores assumem nas páginas dos periódicos e que contribuem para a percepção das complexas vivências que surgem no espaço urbano da cidade de Manaus.

Nesse cenário de expansão do espaço urbano de Manaus, junto dos grandes contingentes de imigrantes estrangeiros e migrantes vindos especialmente dos Estados do Nordeste do país – em busca das oportunidades prometidas pelas propagandas –, a cidade de Manaus, como aponta Maria Luiza Ugarte Pinheiro, mostrou-se:

Incapaz de acomodar minimamente as sucessivas levas de trabalhadores e “aventureiros” dentro dos níveis “aceitáveis” de salário, emprego, moradia, saúde, habitação, alicerçando uma ambiência de insatisfações múltiplas que produziram efeitos políticos no cenário amazônico (PINHEIRO. M, 2015, p. 165).

A memória e a historiografia amazonense, de modo geral, tratou da realidade urbana da cidade de Manaus, muito calçada à influência da escola positivista e de um caráter elitizado, destacando uma perspectiva de tons “oficialescos”, que, como bem destaca Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro, “projeta e reforça a imagem do grande homem intervindo na cena histórica a seu bel prazer, no mesmo instante em que tendem a desconsiderar as contradições sociais que escapam à órbita da política palaciana” (PINHEIRO. L, 2005, p. 3). Grandes nomes da historiografia amazonense, como Domingos Antônio Raiol, Mario Ypiranga Monteiro e Arthur Cezar Ferreira Reis, sem dúvida expoentes importantíssimos para a memória local, relacionados a projetos como o do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, se puseram a escrever a História Regional partindo da atuação de grandes homens e grandes feitos, como a abolição da escravatura ou a adesão à República (PINHEIRO. L, 2005, p. 3).

E nessa perspectiva memorialista atrelada a grandes eventos, consolidou-se uma imagem do Amazonas de fins do Império e início da República, da chamada *Belle Époque* Amazonense, direcionada a uma noção de grandiloquência, um período dourado de riquezas e civilidade, enquanto toda uma gama de sujeitos e realidades eram obscurecidos dentro dessas narrativas, sendo o que apontam Luís Pinheiro e Maria Luiza Pinheiro, quando entram nesse debate acerca das realidades múltiplas dos trabalhadores urbanos da cidade de Manaus, afirmando:

Seja como for, o fato é que em meio aos intensos devaneios modernizantes do período, a produção de representações ancoradas, tanto pelas autoridades públicas, quanto por expoentes do pensamento social, escamoteava a presença real dos conflitos de classe, os processos de marginalização e exclusão de



parcelas expressivas da população citadina e, dessa forma, pouco contribuiu para a visibilização dos espaços do trabalho e do processo produtivo, neste cenário urbano em transformação, silenciado acerca das vivências dos populares e dos trabalhadores. (PINHEIRO. M; PINHEIRO. L, 2017, p. 12)

Essa tradição historiográfica, como bem aponta Luís Pinheiro (2005), para além da exaltação de grandes figuras e feitos importantes, tratava-se também de uma memória que discutia a cidade por uma ótica dos feitos arquitetônicos, como um grande palco dos avanços materiais, que aos entusiastas dos estudos da área da Arquitetura ou das histórias das estruturas urbanas, possam ser temáticas de grande importância.

Porém, dentro de uma perspectiva histórica, como forma de representação de realidades sociais diversas que constituíam as vivências nos meandros da Manaus da borracha, por muito tempo faltaram estudos que destacassem a participação dos diversos sujeitos relegados ao anonimato, mas que atuaram de forma ativa na cidade, onde esses personagens eram reduzidos a invisibilidade, “seus desejos e anseios tendiam a ser desprezados, sua vontade política desconsidera, seus protestos e reivindicações ignorados” (PINHEIRO. L, 2005, p. 4), porém a sua participação nas dinâmicas da cidade estiveram longe de serem passivas em sem relevância.

Nesse processo, seguindo uma tendência que vem se fortalecendo nos últimos anos da produção historiográfica do Amazonas, acerca da construção de uma História Social do Trabalho no Estado, o que se propõe nesse debate, longe de buscar encerrá-lo neste artigo, é seguir uma perspectiva, como pavimenta Dhyene Vieira dos Santos (2019), de discutir o universo de trajetórias de vida e trabalho dos trabalhadores, o que “nos possibilita compreender que as suas experiências sociais eram diversificadas e faziam parte da cidade, inclusive em grande contingente, embora eles não tivesse a visibilidade que os personagens de elite tinham” (SANTOS, 2019, p. 44).

E os jornais, dentro dessa proposta de atribuir protagonista a novos sujeitos, funcionam como ferramentas de pesquisa enquanto “instrumentos de intervenção na vida social” (TELES, 2018, p. 39), por possibilitarem uma aproximação com as múltiplas realidades do cenário urbano de Manaus, permitindo “recuperar aspectos importantes do trabalho e da vida dos trabalhadores” (TELES, 2018, p. 40), quando é possível perceber nos periódicos o aparecimento, de forma ativa ou em pequenas notas espremidas entre as colunas, dos trabalhadores nas páginas dos jornais, seja em anúncios e ofertas de emprego, seja também demonstrando níveis de organização social, com o aparecimento de agremiações sindicais e mobilizações de reivindicações e greves.



A Manaus do final do século XIX não se diferenciava das principais cidades do Brasil deste contexto, na questão das relações de trabalho, sendo importante destacar que a cidade, mesmo com uma quantidade pequena em comparação com os outros centros do país, também teve a participação de escravizados e trabalhadores livres em seu cenário urbano. Em meados da segunda metade do século XIX, com as cidades em expansão, a presença de sujeitos escravizados torna-se comum nos cenários urbanos, e nos jornais é possível identificar menções e notas às realidades destas populações subalternizadas, com maior frequência em relação aos anúncios de fugas, mas também aparecem nas páginas dos periódicos anúncios de ofertas de mão-de-obra escrava, a exemplo de uma nota do jornal *Amazonas*,⁴⁷⁵⁴⁷⁶ de 1878, em que se encontrava sob o título “Escrava” a oferta; “Aluga-se uma própria para o serviço de uma casa de família, quem precisar deste type informa quem aluga” (*Amazonas*, Manaus, 26 jul, 1878, nº 156), mais um exemplo desse comércio de mão-de-obra aparece em outro número do mesmo jornal, no ano seguinte, também com o título “Escrava”, se anunciava: “Vende-se uma escrava, boa cozinheira, lavadeira e emgomadeira. A tratar com Manoel Joaquim Pereira de Sá” (*Amazonas*, Manaus, 6 jun, 1879, nº 297).

A presença negra, assim como a dos trabalhadores urbanos da cidade de Manaus, teve em muito a sua participação invisibilizada pela memória produzida acerca da cidade, “eram escassas as leituras quanto ao lugar do escravo em uma sociedade que sobrevivia, majoritariamente, do uso de trabalho indígena” (SAMPAIO, 2002, p. 52), como bem aponta Patrícia Melo Sampaio, partindo da teorização de que essa predominância da figura indígena nesse cenário de exploração escravista da força de trabalho tenha sido uma das causas dessa tendência de apagamentos dos negros escravizados na região amazônica.

⁴⁷⁵ Jornal de publicação que variava entre semanal e diária durante seus anos de circulação, e apresentando-se em seu subtítulo como “Orgam do Partido Conservador”, o *Amazonas* representa um expoente do periodismo do Estado por ser um dos jornais mais longevos, chegando a quatro décadas de produção e entrecortando o período rememorado com “boom dos periódicos” efervescido pela alta da produção gomífera. Pondo-se como órgão oficial, por publicar atos oficiais do governo da província, o jornal adotara uma postura de defesa dos interesses da elite política do Amazonas, trazendo em destaque as suas demandas, o que reverbera inclusive na aparição dos trabalhadores no jornal, tendo estes suas presenças quase inteiramente apagadas, surgem apenas esporadicamente nos anúncios publicados nas últimas páginas, e destacando contextos pré-abolicionistas, os escravizados eram anunciados como objetos a serem disponibilizados como força de trabalho.

⁴⁷⁶ Como destaca Jordana Coutinho Caliri (2014) em sua dissertação de mestrado, o *Amazonas* se estabelece na antiga tipografia de Manoel da Silva Ramos, o precursor do jornalismo amazonense, onde era produzido o *Estrella do Amazonas*, primeiro jornal da então província, mas com o encerramento das suas atividades, a tipografia foi adquirida por Antônio da Cunha Mendes, português dono de jornais no Pará, e deu início as atividades do *Amazonas*, indo de 1866 até 1921.



O Amazonas foi uma das primeiras regiões do país a acabar com a escravidão, contexto que coincide com o crescimento da economia de exploração da borracha na região.

Nesse sentido, levando em conta que a cidade, como coloca Jéssika Sâmya Ladislau Pereira Costa, é reflexo “das lutas e contradições sociais de determinada população, marcadas no território urbano em que vivem” (COSTA, 2016, p. 36), pode-se notar que Manaus começou a enfrentar durante os últimos anos do século XIX, perceptíveis mudanças em seu cenário urbano, a partir dos grandes processos migratórios, também não podendo deixar de lado as mudanças nas relações de trabalho movidas pelo fim da escravidão. Dentro desse processo, é interessante apontar o surgimento de novas dinâmicas de oferta de trabalho a exemplo das que surgem nas páginas do *Jornal do Comércio*⁴⁷⁷, no ano de 1904, em que se encontra o anúncio “Creada”, onde se dizia: Precisa-se de uma para os serviços domésticos, preferindo-se estrangeira” (*jornal do Comércio*, Manaus, 9 set, 1904, nº 218), sendo então este tipo de anúncio, buscando pessoas estrangeiras para exercerem funções, em especial domésticas, cada vez mais frequentes nos jornais a partir da década de 1890.

Diversos trabalhos domésticos apareciam nas páginas dos jornais, funções como cozinheiras, lavadeiras, engomadeiras, surgiam nos anúncios dos periódicos, fossem ofertas de contratantes, fossem os próprios trabalhadores em busca de ocupações, a exemplo de um anúncio encontrado nas páginas do *Amazonas*, retornando a 1878, de título “Cosinheira”, anunciava-se: “Uma pessoa habilitada para cosinha, oferece os seus serviços a quem delles precisar” (*Amazonas*, Manaus, 14 ago, 1878, nº 164). Outra demanda de emprego que aparece nas páginas dos periódicos do final do século XIX é acerca de uma função doméstica característica das raízes escravistas das relações de trabalho, que seriam as demandas por amas-de-leite, a exemplo de um anúncio feito pela própria tipografia do jornal *Amazonas*, ainda no contexto escravista, no ano de 1880, sob

⁴⁷⁷ Como destaca Leno José Barata Souza (2010), o centenário *Jornal do Comércio*, com sua primeira edição publicada em janeiro de 1904 e tendo periodicidade semanal – raridade na época –, com redação e oficina próprias, tinha em sua linha editorial um caráter personalista atrelado a figura de seu dono e fundador, Joaquim da Rocha Santos, que dirigiu o periódico até o ano seguinte, quando faleceu. Procurando assumir o caráter de empresa-jornal, o *Jornal do Comércio* se colocava desde suas primeiras edições como um elemento de civilidade contra a barbárie da cultura indígena/mestiça, o jornal, além de um projeto que visava comunicar o Brasil e o exterior, propunha também intervenções na vida pública, especial sobre os hábitos populares e questões de higiene. A excepcionalidade do *Jornal do Comércio*, em comparação com título como os citados *Amazonas* e *Comércio do Amazonas*, é que, para além desse caráter de empresa-jornal e defensor de interesses das classes dominantes, a aparição dos trabalhadores em suas páginas, além de mais frequentes, também têm participação mais ativa, escrevendo notas e divulgando organizações e movimentos sociais trabalhistas nas páginas do jornal.



o título “Ama de leite”, dizia-se; “Nesta typografia se diz quem precisa de uma ama de leite, livre o escrava” (*Amazonas*, Manaus, 21 nov, 1888, nº 499). Aparecem com frequência esses anúncios nos jornais manauaras do final do século XIX, tendo também como exemplo uma demanda que aparece já mais próxima da virada ao século XX, em 1897, encontrada nas páginas do *O Imparcial*,⁴⁷⁸ e sob o título “Ama de leite”, ofertava-se o seguinte: “Precisa-se de uma, quem estiver nas condições dirija-se a rua 7 de Dezembro nº30, paga-se magnífica mensalidade servindo” (*O Imparcial*, Manaus, 4 jul, 1897, nº 4).

Como afirma Robson Roberto da Silva (2015), “num sistema onde havia supervalorização do trabalho masculino, as negras escravizadas acabavam se tornando mão-de-obra suplementar” (SILVA, 2015, p. 2), e mesmo em uma realidade em que não mais se tinham a vigência das relações escravistas é possível encontrar cicatrizes dessas funções, que acabaram por se tornarem durante algum tempo uma ferramenta de ganho comercializado e divulgado pelos jornais.

Esses exemplos de relações de trabalho acima abordados, servem como uma possibilidade de demonstrar algumas das formas de trocas de mão-de-obra que fogem das visões reducionistas e excludentes que tratam o contexto urbano manauara como um espaço de pouca complexibilidade das relações, e também serve como uma tentativa, mesmo que pequena e presa aos moldes introdutórios deste artigo, de reafirmar a presença de escravos e trabalhadores livres na cidade de Manaus durante o fim do Período Imperial e o Início da República.

A partir destas colocações, torna-se interessante abordar um outro contexto deste universo plural das relações de trabalho, pondo em destaque uma gama de mobilizações de trabalhadores e processos sociais protagonizados pela classe, em um espaço urbano onde

Manifestações de protestos, passeatas, organizações sindicais e greves operárias imprimiram suas marcas na história regional, muito embora a memória preservada deste período aponta seletivamente para a recuperação de eventos menos traumáticos (PINHEIRO. L, 2005, p. 1).

Destacar a atuação desse universo de trabalhadores parte de uma tentativa, cada vez mais incentivada na historiografia regional que tem se construído nas últimas décadas,

⁴⁷⁸ Semanário e “Orgam da Associação, Comercio e Industria”, *O Imparcial*, como seu subtítulo sugere, se direcionava aos interesses das classes comerciais do Estado, em especial da cidade de Manaus, publicando questões diárias do comércio local e reproduzindo atos e anúncios da intendência municipal. Seguindo a estrutura do *Amazonas*, aqui os trabalhadores também têm a sua presença apenas de forma distanciada e nos anúncios de ofertas ou demandas de trabalho.





onde se busca refletir a trajetória de diversos sujeitos que se representavam nas classes operárias manauaras e que outrora foram ocultadas em prol de um discurso homogeneizador. Como forma de procurar mapear as raízes que constituíram passos desses movimentos, Maria Luiza Pinheiro destaca a importância dos processos migratórios, quando afirma que

A imigração dos portugueses, espanhóis e latinos, ao lado das sucessivas levas de nordestinos, ajudou a articular essas insatisfações com o conjunto de ideias de crítica social que estavam sendo mais fortemente divulgadas no seio da classe trabalhadora estrangeira (PINHEIRO. M, 2005, p.1).

Então, de acordo com Maria Luiza Pinheiro (2005), o ingresso dos primeiros imigrantes em Manaus, que vieram ao país influenciados pelas políticas de incentivo a chegada de trabalhadores ao Brasil, deslocaram-se ao Amazonas possivelmente ludibriados pelas propagandas messiânicas acerca do “paraíso da borracha”, com promessas de muitos ganhos financeiros, e dentre esse contingente de trabalhadores estrangeiros, estiveram militantes socialistas e anarquistas que, animados pelos movimentos políticos que efervesciam na Europa, chegaram à “Paris dos Trópicos” inflamados por ideias políticas que não tardaram a serem externados no cenário de Manaus.

Ainda no século XIX já apareciam greves operárias noticiadas nos jornais que circulavam pela cidade, como o caso da greve dos estivadores que ocorreu já no crepúsculo do século, em 1889, e apareceu nas páginas do *Comércio do Amazonas*,⁴⁷⁹ onde se pode ler na edição 71 do jornal um anúncio pequeno e de tom puramente informativo – o que mudaria em edições posteriores –, dizia-se: “Continuam em greves os estivadores. Como já dissemos, exigem por dia 15\$000 e a noite 30\$000. Estão na Praça da Matriz” (*Comércio do Amazonas*, Manaus, 18 nov, 1899, nº 71). Já na edição 82, do dia 2 de dezembro, o tom da manchete mudou, onde sob o título “Greve”, denunciava-se a continuidade da mobilização com o texto:

⁴⁷⁹ Sob propriedade do tipógrafo português Gregório José de Moraes, de acordo com o catálogo *Cem anos de Imprensa no Amazonas*, organizado por José Ribamar Bessa Freire, é o primeiro jornal diário a ser publicado no Estado, e junto do *Amazonas*, um dos primeiros expoentes a lograrem certa longevidade em sua periodicidade, tendo circulado por 35 anos. Funcionando como um conglomerado de notícias de outros jornais do país e da Europa, as notícias publicadas no *Comércio do Amazonas*, em vários casos eram replicadas fielmente dos jornais de onde eram retiradas, enquanto o periódico dedicava espaço para questões locais. Órgão do comércio, o jornal tinha em grande parte um tom “oficioso” de reprodução de atos oficiais ou números comerciais, pautava-se por uma postura de “isenção política”, mas ainda sim se colocava como emissor de opinião sobre as coisas públicas. De domínio conservador, como se anunciava, dedicava muitas de suas colunas a exaltar atos da administração pública.



Com enorme prejuízo para o comércio e manifesto desacatamento aos trabalhadores moderados, continua o grupo de estivadores grevistas, perturbando os serviços de descarga, não obstante o processo da polícia de garantir os direitos dos que se sujeitam a trabalhar em doze mil réis (*Comércio do Amazonas*, Manaus, 2 dez, 1899, nº 82).

Separando os trabalhadores entre “moderados” e “grevistas”,⁴⁸⁰ já se torna clara uma inclinação do jornal em criticar as demandas dos trabalhadores em manifesto, o que pode ser reforçado na edição 84 do periódico, quando se anunciava o fim da greve, dizendo então:

Com as providencias tomadas ante-hontem pelo senhor chefe de Segurança Pública, pode-se dizer que está terminada a greve dos estivadores. Guardando o litoral pela polícia, afim de impedir que os grevistas obrigassem a não trabalhar os outros estivadores, o serviço em continuado em perfeita calma (*Comércio do Amazonas*, Manaus, 3 dez, 1899, nº 84).

Outro movimento grevista de trabalhadores que surgem nas páginas dos jornais se dá em relação as várias manifestações de motoristas e condutores de bonde durante as duas primeiras décadas do século XX, em que, de acordo com Dhyene Santos, “[...] o primeiro protesto organizado pelos trabalhadores da Companhia de Bonde que se tem notícia ocorreu em 1902” (SANTOS, 2019, p. 44), e a greve teria ocorrido por conta das pressões destes trabalhadores em relação aos maus tratos do chefe do tráfego Manoel Joaquim Barbosa e tomou moldes mais reivindicatórios após a morte de um funcionário por conta das práticas insalubres da empresa.⁴⁸¹ Recorrendo aos jornais, cabe destacar os movimentos dos trabalhadores da *Manaos Tramways and Light Company* em 1911, destacando novamente o debate de Santos (2019), e debruçando-nos na edição 2434 do *Jornal do Comércio*, onde se anunciava:

A intransigência da diretoria [...] que se recusou formalmente a atender a uma reclamação justíssima dos motoristas e condutores contra o despotismo de um chefe que os persegue e os oprime, arrastou-os a declaração de uma greve que embora absolutamente pacífica, muito prejudicava a vida da cidade (*Jornal do Comércio*, Manaus, 16 jan, 1911, nº 2434).

⁴⁸⁰ Já tendo sido destacado a proposta do *Comércio do Amazonas*, de ser um veículo de divulgação de outras folhas de fora do Estado, quando se voltava para questões locais, no mais das vezes era relacionado a atividades comerciais e destaque a figuras ilustres, é nesse sentido que as greves saltam aos olhos nas pequenas aparições no periódico, que, adotando em um primeiro momento uma postura apenas informativa acerca das movimentações dos trabalhadores, não tarda para deixar transparecer a sua posição acerca dos acontecimentos, partindo de uma defesa dos interesses das elites comerciais, e pondo os trabalhadores grevistas como elementos subversivos da ordem, devendo serem reprimidos.

⁴⁸¹ O trabalho de Dhyene Vieira dos Santos é uma contribuição importantíssima para a Historiografia Social do Trabalho no Amazonas, onde a historiadora busca dar luz em seus debates sobre as realidades e manifestações dos motoristas e operadores de bondes nas primeiras décadas do século XX.



Acerca desses movimentos dos condutores de bonde, ainda é possível identificar uma organização repressiva enfática a partir de 1910 na cidade de Manaus, e o Estado acabara por se colocar como um mediador dos debates entre os trabalhadores e as empresas.

Outras formas de organização dos trabalhadores e operários que aparecem nos jornais diz respeito as organizações sindicais e centros de relações destes trabalhadores, a exemplo do Centro Operário em Manaus, que surge em um contexto do início do século XX, quando, como aponta Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro, “esses processos começaram a ganhar maior densidade e indiscutível relevância no interior da capital amazonense” (PINHEIRO. L, 2020, p. 45) e o Centro Operário, tendo começado a ser formulado em 1904 e efetivamente implantado no ano seguinte, tem em um primeiro momento como seus principais expoentes duas lideranças operárias, Alfredo de Vasconcelos Lins e Manoel Madruga, que imprimiam nas propostas do centro uma propaganda de viés socialista. Essa perspectiva ideológica que pautava as estruturas do Centro Operário aparece nos anúncios acerca de seus eventos, a exemplo da notícia que aparece na edição 353 do *Jornal do Comércio* que noticiava em relação as festividades de instalação do centro, em 1905, dizendo:

Additando a nossa notícia sobre a sessão de instalação do Centro Operário desta capital temos a dizer que a decoração do salão obedece alto e apurado gosto, vende-se por entre as molduras de flores, jogos de ferramentas de diferentes artes.

Ladiando em grande escudo, de efeito maravilhoso via-se em leituras de orreo o nome da sociedade e mais dois escudos menores com estas inscrições:

- Um por todo e todos por um! – Proletariado de todos os países, univos!

Distribuídos pelas paredes estavam mais outros escudos com estes distivos:

- Os Homens são iguais! – Nem escravos nem senhores! Humanidade Livre – trabalho, paz e felicidade! E os nomes dos grandes doutrinários, Marx, Pedro Kropotkin e etc. (*Jornal do Comércio*, Manaus, 9 fev, 1905, nº 253)

O Centro Operário, mesmo tendo vida efêmera, logrou certa influência no cenário de organizações de trabalhadores que surgiram no início do século XX, cabendo destacar um tom vanguardista em suas pautas, como comentam Luís Balkar Pinheiro e Maria Luiza Pinheiro em discussão conjunta, quando apontam:



Chama a atenção o fato de que, mesmo em suas reuniões preparatórias [...] o Centro Operário tenha aberto um leque grande de temas para discussão, indo bem mais além dos relacionados a salários e jornada de trabalho, para alcançar questões sensíveis como o alcoolismo entre os trabalhadores e a emancipação feminina (PINHEIRO. M, PINHEIRO. L, 2017, p. 127).

Outros anúncios de eventos do Centro Operário aparecem em outras edições de jornais, também podendo ser citada a notícia que aparece no *Jornal do Comércio* acerca do evento de comemoração de 1º de maio, que é uma data simbólica para a classe trabalhadora, e o jornal noticiava: “Sendo o 1º de Maio o dia escolhido universalmente pelas classes artístico-operárias para essa grandiosa festa de protesto ou de comunicação [...] o operariado do Amazonas vae festejar-o condignamente” (*Jornal do Comércio*, Manaus, 29 abr, 1905, nº 421).

O *Jornal do Comércio*, apesar de sua já citada proposta de jornal-empresa e caráter doutrinário a partir de um viés modernizante, acaba trazendo em suas páginas essa presença mais ativa de organizações de trabalhadores, especialmente com a presença de artigos escritos por figuras atreladas a movimentos sindicais, como Manoel Madruga (PINHEIRO. L, 2020), uma das principais lideranças operárias do início do século XX, e que abertamente fazia propagandas de cunho socialista, a exemplo da coluna intitulada “Operarios, Alerta!”, reivindicando a aproximação dos trabalhadores, dizendo:

Sirva de Thume, ao meu pequeno artigo de hoje, as palavras do grande mestre, do immortal apostolo do socialismo, que se chamou C. Marx.

Em todos os recantos do mundo civilizado, surgem agora os homens do trabalho, para, unidos e disciplinados, prosseguirem firmes e resolutos na gloriosa campanha da emancipação do operariado.

[...] Os operários amazonenses já vão sabendo cumprir os seus deveres. Ainda bem! Abrigados pela nossa bandeira, já vemos um crescido número de adeptos encorajados e decididos a cooperarem com a sua energia intelectualidade, com o braço e força de vontade, para o engrandecimento da nossa causa (*Jornal do Comércio*, Manaus, 12 mar, 1905, nº 380).

Diversas organizações proletárias surgiram na capital nesse contexto, e tiveram suas aparições nos jornais, como a União dos Alfaiates, a Sociedade Beneficente Mútua dos Estivadores e o Sindicato dos Operários Manipuladores de Pão, porém, uma outra forma de organização dos operários que surgiu foi a própria criação de jornais, um jornalismo que efetivamente marcou sua presença na imprensa local. Maria Luiza Ugarte Pinheiro contribui nesse sentido quando aponta a importância da trajetória desses jornais, tratando-a como “extremamente rica, e sua inserção no meio da classe trabalhadora



permitiu perceber e refletir imagens da sociedade amazonense muito pouco evocadas pelos outros órgãos de imprensa” (PINHEIRO. M, 2015, p. 172).

A classe trabalhadora, nesse sentido, começou a apropriar-se das ferramentas das elites nesse contexto de expansão da produção periódica causada pela efervescência da economia amazonense, e o surgimento dos jornais operários traziam como propostas conteúdos políticos e representativos das classes trabalhadoras e constituem-se para a historiografia atual como fontes “mais importantes para se chegar a dimensão do viver urbano até hoje pouco explorados” (PINHEIRO. M, 2015, p. 173).

Nesse interim, cabe destacar a participação de jornais como *O Constructor Civil*, de 1920, em que, longe de ser o primeiro jornal operário da cidade de Manaus – estes surgiram ainda na última década do século XIX –, serve ao debate como exemplo da realidade da maioria das folhas operárias que surgiram nesse contexto, tendo o periódico apenas a sua primeira edição recuperada pelo acervo do IGHA,⁴⁸² muito provavelmente o jornal não chegou a ver a luz de uma segunda tiragem, sendo essa uma ocorrência muito frequente aos jornais operários, quando com certa raridade seus idealizadores tinham condições financeiras e materiais de produzir os periódicos, em muitos casos não contando com o uso de tipografias e fazendo os jornais artesanalmente. Mesmo com uma única edição, *O Constructor Civil*, que trazia em subtítulo sua afiliação, sendo “Orgão da Associação de Classe das Quatro Artes de Construção Civil”, anunciava em sua primeira página sob a manchete “O que queremos ser?”, dizendo:

Nada! Isto é, queremos alguma coisa, pouco por enquanto: Queremos luz! Luz sim senhores! Então nós temos também o direito de querer? E queremos também... (é ainda pouco, não se assustem) ensaiarmos-nos a pôr em letra que todos leiam: a tradução fiel do que sentimos. É claro que não é n'um único número que poderemos obter um e outro, nem dizemos um milésimo do que precisava-mos dizer, mas lá iremos devagar, para não cansar.

[...] se não ficarmos n'este número único, será o nosso programma defender e orientar o operariado em geral, e os da construção civil em particular (*O Constructor Civil*, Manaus, 5 jan, 1920, nº1).

Nas páginas da sua única edição, é possível perceber um discurso em manifesto às classes trabalhadoras, destacando mobilizações de diversas categorias, como o já citado caso das manifestações de operadores e condutores de bondes, além de ter em seu discurso uma tônica de união das classes em busca de seus direitos. E essa retórica

⁴⁸² A mais antiga instituição cultural do Estado, o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas é um importante patrimônio local, além de museu próprio, suas bibliotecas e hemeroteca compõem um valiosíssimo corpo documental para as pesquisas em História do Amazonas.



discursiva era uma prática comum dos jornais operários que surgiram na cidade de Manaus, desde os títulos que apareceram ainda no século XIX, como o *Gutenberg* e *O Operário*.

Ambos os jornais, *Gutenberg* e *O Operário*, representam um marco importante no periodismo operário do Amazonas, por serem algumas das primeiras folhas fundadas a partir da organização proletária, o *Gutenberg*, semanário propriedade da Associação Artística Typographica, sendo estruturado pelos próprios tipógrafos da cidade de Manaus, traz em sua primeira edição um discurso de união da sociedade tipográfica da cidade que se encontrava desejada de emancipação, surgindo o periódico como um “sorriso qualquer da imprensa amazonense” (*Gutenberg*, Manaus, 15 nov, 1891, nº1) em prol da difusão das ideias da injustiçada classe tipográfica.

Já *O Operário*, por sua vez, aparece em 1892, enquanto o *Gutenberg* surgiu no ano anterior, e nasce como um sucessor deste, também semanário e redigido por Isidoro Vieira e Thomaz de Medeiros Pontes, apresentando-se em seu editorial dessa forma:

O Operário, (...) órgão especial da classe dos operários, o seu programma é traçado pelo Gutenberg a quem vem suceder.

Tratando especialmente dos interesses gerais dos operários, o “Operario” se estenderá também a todos os assumptos que interessarem ao commercio, à lavoura e outros que concorrem para o nosso engrandecimento moral e material (*O Operario*, Manaus, 2 dez, 1892, nº1).

Esses dois jornais surgem no alvorecer de uma dinamização expansionista da produção capitalista causada pela produção da borracha, como lembra Pinheiro (2020), e a partir desse cenário na Amazônia acabou por se colocar em um processo de transformação para além da questão econômica, indo para âmbitos políticos e sociais, com o aumento das populações urbanas, em especial na cidade de Manaus, e a consequente chegada de trabalhadores, tanto brasileiros quanto estrangeiros, dentre os quais apareceram figuras que se relacionavam com lutas de militância social e organização proletária, resultando na estruturação de jornais⁴⁸³ que pudesse dar voz a suas demandas e projetos.

⁴⁸³ Além dos citados *Gutenberg* e *O Constructor Civil*, importantes periódicos operários surgiram entre a última década do século XIX e as duas primeiras do século XX, dentre os quais podem ser citados *O Restaurador* (1890), *Tribuna do Caixeiro* (1908), *Confederação do Trabalho* (1909), *O Marítimo* (1911), *Marinha Mercante* (1913), *A Lucta Social* (1914), *Folha Marítima* (1916), *O Extremo Norte* (1920) e *Vida Operária* (1920).



Conclusão

A imprensa amazonense tem sido cada vez mais recuperada pela historiografia produzida sobre o Estado, e os jornais servem, nessa perspectiva, como ferramentas que possibilitam uma aproximação com múltiplas realidades sociais, culturais e políticas que preenchem os diversos espaços, em especial um lugar de complexas relações que era a cidade de Manaus no período da *Belle Époque* da economia gomífera.

A partir dessas possibilidades, procuramos, nos moldes deste artigo, apresentar alguns exemplos desses diversos cenários sociais e de relações de trabalho que existiam na cidade de Manaus, contextos que durante muitos anos da historiografia local foram apagados em prol de uma memória de grandiloquência e exaltação de grandes feitos e figuras, servindo esse texto como uma contribuição no fomento ao debate que vem se fortalecendo no campo da História Social do Trabalho no Amazonas. A imprensa, nesse sentido, surge como um elemento possível e necessário para a reflexão do papel das classes trabalhadoras nas dinâmicas sociais que se constituíram na capital do Amazonas em um contexto de múltiplas relações de poder e disputas sociais e políticas.

Data de submissão: 21/02/2022

Data de aceite: 04/06/2022

Referências Bibliográficas

BARROS, José D'Assunção. **A fonte histórica e seu lugar de produção.** Cad. Pesq. Cdhis, Uberlândia, v. 25, ed. 2, p. 407 - 429, 2012.

CALIRI, Jordana Coutinho. **Folhas da Província: A Imprensa Amazonense durante o Período Imperial (1851 - 1889).** Orientador: Prof. Dr^a. Maria Luiza Ugarte Pinheiro. 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil.** São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988., p. 22.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História.** Tradução: Maria de Lourdes Menezes Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. v. 1.

COSTA, Jéssika Sâmia Ladislau Pereira. **Por todos os cantos da cidade: Escravos negros no mundo do trabalho na Manaus oitocentista (1850 - 1884)** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, 2016, p. 36.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na Oficina Do Historiador: Conversas Sobre História E Imprensa. Projeto História,** São Paulo, n^o. 35, p. 253 – 270. 2007., p. 254.



FREIRE, José Ribamar Bessa (Org.). **Cem Anos de Imprensa no Amazonas (1851 - 1950)**. 2. revisada. ed. Manaus - AM: A Crítica, 1990.

JARDIM, Jorge Luiz. **Imprensa Operária: Comunicação e Organização**. *Estudos Ibero-Americanos*, PUC-RS, v. 22, n. 2, p. 27-40, 1996.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos De. **A Relação entre a História e a Imprensa: Breve História Da Imprensa E As Origens Da Imprensa No Brasil (1808-1930)**. *HISTORIAE*, Rio Grande, p. 125 - 142, 2011., p. 126.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. **História da Imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. **Imprensa e Cidade**. São Paulo: UNESP, 2006. 136 p.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. **A Imprensa Como Fonte: Apontamentos Teórico- Metodológicos Iniciais Acerca Da Utilização Do Periódico Impresso Na Pesquisa Histórica**. *Revista De História Bilros: História, Sociedade E Cultura*, Fortaleza, v. 4, ed. 6, p. 11 – 29. 2016., p. 19.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória: Memória**. Lisboa - Portugal: Edições 70, 1982. v. 11., p. 39.

PINHEIRO, Luis Balkar Sá Peixoto. **DILEMAS DA PROPAGANDA SOCIALISTA EM MANAUS NO ALVORECER DO SÉCULO XX**. *Projeto História*, São Paulo, v. 67, p. 399-432, 2020, p. 45.

PINHEIRO, Luis Balkar Sá Peixoto. **Na Contramão da História: Mundos do Trabalho na Cidade da Borracha (Manaus, 1920-1945)**. In: ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Londrina, 2005, p. 1 - 12, (Anais eletrônicos), p. 3.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A IMPRENSA OPERÁRIA NO AMAZONAS, 1891-1920**. In: ANPUH –XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, João Pessoa, 2005. (Anais eletrônicos), p. 1.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte: Letramento e Periodismo no Amazonas (1880 - 1920)**. 3 ed. ed. Manaus - AM: Edua, 2015. 348., p. 165.

PINHEIRO, Maria Luiza, PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. **Mundos do Trabalho na Cidade da Borracha: trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930)**. São Paulo: Paco Editorial, 2017., p. 12.

SAMPAIO, Patrícia Melo. **NAS TEIAS DA FORTUNA: acumulação mercantil e escravidão em Manaus, século XIX**. *MNEME: Revista de Humanidades*, [s. l.], p. 49 - 70, 2002, p. 52.

SANTOS, Dhyene Vieira dos. **Mobilizações Operárias em Manaus: motoristas e condutores de bondes (1902 – 1927)**. In: SANTOS, Alexandre da Silva. **Notas de pesquisa em História: possibilidades de estudo e caminhos de investigação/ Alexandre da Silva Santos (org.)** - Curitiba: CVR, 2019. p 43 - 58., p. 44.

SILVA, Robson Roberto da. **O PAPEL SOCIAL DAS AMAS-DE-LEITE NA AMAMENTAÇÃO DAS CRIANÇAS BRANCAS NA CIDADE DE SÃO PAULO**

NO SÉCULO XIX. 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Curitiba, 2015., p. 2.

SOUZA, Leno José Barata. **CULTURA IMPRESSA NO AMAZONAS E A TRAJETÓRIA DE UM JORNAL CENTENÁRIO**. *Tempos Históricos*, Paraná, v. 14, n. 2, p. 106-133, 2010.

TELES, Luciano Everton Costa. **Construindo redes sociais, projetos de identidade e espaços políticos: a imprensa operária no Amazonas (1890-1928)**. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018, p. 39.

ZICMAN, René Barata. **História a través da imprensa – algumas considerações metodológicas**. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUCSP*. São Paulo: PUCSP, n. 4, 1985., p. 91

